

## A RELIGIÃO COMO ALIENAÇÃO DA REALIDADE EM FEUERBACH E MARX

### RELIGION AS ALIENATION FROM REALITY IN FEUERBACH AND MARX

Andréa Bittencourt Pires Chaves<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Isabella Vivianny Santana Heinen<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7453-7236>

Armando Wagner Sidonio Gomes<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0375-2270>

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva, a partir das perspectivas de Feuerbach e Marx, abordar o entendimento da religião como uma instância que detém grande poder sobre as atitudes dos seres humanos. No entanto, a forma que os sujeitos se encontram na religião demonstra certa superficialidade, pois, há uma consciência invertida na relação sujeito-objeto. Verificando-se a relação que a ação humana possui com a alienação, tida aqui, como a ignorância e inversão do homem enquanto sujeito, em objeto. Em foco está o objeto religioso. Este objeto, por sua vez, adquire certa autonomia conduzindo as atitudes do sujeito ganhando o caráter de ideologia. Essa inversão demonstra o caráter alienante da religião e, conseqüentemente, de sua estrutura. Trata-se de analisar mais especificamente a maneira como a religião vincula-se as representações da consciência sobre a realidade, tomada primeiro idealmente. Desse modo, discorre-se sobre o conceito de alienação, de fundamental importância para compreender a relação que a consciência religiosa desempenha na construção da realidade concreta.

**Palavras - chave:** Feuerbach. Marx. Religião. Alienação. Ideologia.

**Abstract:** This research aims, from the perspectives of Feuerbach and Marx, to approach the understanding of religion as an instance that holds great power over the attitudes of men. However, the form that the subjects find themselves in it shows a certain superficiality, because there is an inverted consciousness in the subject-object relationship. Checking the relationship that human action has with alienation, seen here, as the ignorance and inversion of man as a subject, in object. The object in focus is the religious object. This object, in turn, acquires a certain autonomy leading the subject's attitudes, thus gaining the character of ideology. This inversion demonstrates the alienating character of religion and, consequently, its structure. It is a matter of analyzing more specifically the way in which religion is linked to representations of consciousness about reality, taken first ideally. In this way, the concept of alienation is discussed, which is of fundamental importance to understand the relationship that religious consciousness plays in the construction of concrete reality.

**Key words:** Feuerbach. Marx. Religion. Alienation. Ideology.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências: desenvolvimento socioambiental - NAEA/UFPA. Professora adjunto III da Universidade Federal do Pará. E-mail: [andreachaves@ufpa.br](mailto:andreachaves@ufpa.br)

<sup>2</sup> Mestra em Filosofia. Professora da Secretária de Educação do Estado do Pará- SEDUC / Belém-Pará. E-mail: [isabellasantanaheinen@gmail.com](mailto:isabellasantanaheinen@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduado em Ciências da Religião - UEPA / Belém-Pará. [armandosidonio@gmail.com](mailto:armandosidonio@gmail.com)

## 1 A crítica de Ludwig Feuerbach

Em sua obra magna, *A essência do cristianismo*, Feuerbach defende que a essência da religião é a alienação. Para tanto, o filósofo compreende o sistema que abarca a concepção sujeito-objeto que, para ele, é de extrema importância para compreender a alienação embutida no princípio da religião.

Na relação sujeito-objeto, Feuerbach caracteriza a relação entre o *sujeito*, como o ser consciente, e o *objeto* como o objeto de sua consciência. Para Feuerbach, o homem é a consciência dos objetos. É estabelecida uma dependência do sujeito em relação ao objeto. Dessa forma, considera que:

[...] o homem é consciência de si mesmo através do objeto: a consciência do objeto é consciência que o homem tem de si mesmo. Através do objeto, conheces o homem; nele a tua essência te aparece; o objeto é a sua essência revelada, o seu Eu verdadeiro, objetivo [...]. Por isso, qualquer que seja o objeto de que tomemos consciência fará simultaneamente que tomemos consciência da nossa própria essência; não podemos confirmar nada sem confirmarmos a nós mesmo. (FEUERBACH, 2007, p.38 -39).

Em Feuerbach encontramos duas formas de objeto: o sensível e o religioso. O primeiro é aquele que existe fora do homem, indiferente, independente do ânimo e da força intelectual. Por sua vez, o objeto da religião não existe independentemente da consciência do homem, ou seja, é um objeto que não há como saber se é diferente do que ele é para o sujeito, pelo fato de se encontrar no sujeito.

Feuerbach afirma, em relação ao objeto da religião, que não há como distinguir entre o objeto em si e o objeto para mim, pois este, não é independente do sujeito, isto é, não se apresenta em posição exterior ou indiferente ao sujeito, justamente por ser fruto do sujeito, de sua consciência. Portanto, Feuerbach aponta para um embate entre os objetos “sensoriais” (objetos concretos) e os “não-sensoriais” (objeto religioso)<sup>4</sup>. Para ele, a religião apresenta uma carência de autoconhecimento do homem. Carência no que corresponde às suas limitações da vida humana, das limitações corporais, já que “o homem é consciência de si através dos objetos” (FEUERBACH, 2007, p.38) e, portanto, projeta a si mesmo no objeto religioso. Dessa forma, Deus mostra-se como projeção humana a ser alcançada pelo homem, e que aliena, assim, a essência do próprio homem.

Feuerbach considera a fase religiosa correspondente a face infantil do homem, pois aqui, o homem adora a sua própria essência, sem reconhecê-la como tal. Conforme Manieri diz:

---

<sup>4</sup>Veremos posteriormente que ambos estão intimamente ligados.

O homem como homem sensorial, pleno de sentidos, é um ser rico em determinações; o engano do homem religioso é criar um ser espiritual e, portanto, abstrato. Esse homem religioso teme ser um homem finito, determinado. O que ele reconhece no ser divino são as qualidades de sua própria essência (que Feuerbach denomina “qualidade essencial do próprio homem”), criando uma “contemplação essencial” que o anima e o determina (de fora). (MANIERI, 2003, p. 6)

Muitos dos atributos divinos são encontrados no próprio homem, em sua essência infinitamente diversa, determinável e sensorial. A religião é apontada, então, como uma cisão no homem, pois, “o ser divino é aquilo que o homem não é.” Essa cisão entre o divino e o homem é uma cisão da própria essência humana (oculta). O homem manifesta essa essência oculta através da religião e, através dela podemos verificar o conteúdo humano objetivado:

Tu crês no amor como uma qualidade divina, porque tu amas; tu crês que Deus é um ser sábio e bom porque não conheces nada melhor em ti do que bondade e razão e tu crês que Deus existe, que ele é sujeito ou essência (o que existe é essência, seja designado e definido como substância, pessoa ou de qualquer outra forma) porque tu mesmo existe, tu mesmo és um ser. Não conheces um bem humano mais elevado do que amar, do que ser bom e sábio e da mesma forma não conheces a felicidade maior do que existir, do que ser; porque a consciência de todo bem, de toda felicidade está unida à consciência de ser, de existir. Deus é para ti algo que existe, um ser, pelo mesmo motivo que é para ti um ser sábio, feliz e bom. (FEUERBACH, 2007, p. 49).

Portanto, no mundo religioso podemos apontar um processo fundamental: a objetivação e a abstração. O cerne da religião é que o homem objetiva a sua essência e abstrai a sua própria essência enquanto objeto. O ente divino se transforma em sujeito e o homem em objeto. Nisto se verifica uma contradição: “Ao ser o homem aparentemente rebaixado ao mais profundo abismo, é na verdade levado às alturas” (FEUERBACH, 2007, p.36)

Da mesma forma que aparece a divisão entre objetivação/abstração, também se mostra em Feuerbach a diferença entre subjetivo e objetivo. A dimensão subjetiva expressa à essência do homem. A infantilidade do homem se apresenta justamente na fundamentação do seu caráter humano através de Deus. O homem depende do ser divino para se humanizar. Por conseguinte, nesta dimensão subjetiva, Feuerbach aponta para as faculdades da imaginação, da razão e da sensibilidade (sensorial). O homem religioso é aquele que acredita que a divindade está entre o plano de uma existência sensorial e o plano de uma existência pensada (razão), “é um ser sensorial onde faltam todas as determinações da sensorialidade.” Deus não pode se situar num plano empírico (real) que os sentidos comprovem; Deus faz parte de uma dimensão formal, exterior, independente das intenções humanas. Esta dimensão formal é a imaginação. A imaginação está além dos sentidos, “é a fantasia que soluciona a contradição

entre o sensorial e o não-sensorial, fantasia que funciona como anteparo à dura realidade do ateísmo.” (MANIERI, 2003, p. 22). É por isso que Feuerbach considera o homem religioso como infantil, pois, este ainda vive da fantasia e da imaginação. Assim, pela imaginação, a existência adquire “efeitos sensoriais”, criando a ideia de existência concreta. Segundo ressalta Feuerbach:

A fantasia, a imaginação. É ela apenas que apresenta um ser de forma diversa da que ele é na realidade; é ela que faz com que a natureza apareça ao homem naquela luz que seduz a inteligência e cega os olhos, para a qual o idioma humano descobriu expressões como: divindade, divino, Deus; é ela, pois, que cria os deuses dos homens. Já disse antes que a palavra deus, divindade, é originalmente apenas um nome genérico, mas nenhum nome próprio, que a palavra deus não é originariamente um sujeito, mas um predicado, isto é, não é um ser, mas expressa uma qualidade que é usada e cabe em qualquer objeto que surja diante do homem como um ser divino, a luz da fantasia, que cause no homem, por assim dizer, uma impressão divina. Por isso qualquer coisa pode ser um deus ou, o que dá na mesma, um objeto de adoração religiosa. Digo que dá no mesmo um deus ou um objeto da adoração religiosa porque não existe outra característica da divindade a não ser a adoração religiosa: um deus é o que é adorado. Mas um objeto só é adorado quando e enquanto for uma entidade, um objeto da fantasia ou da imaginação. (FEUERBACH, 2009, p. 201-202).

Em vista disso, Deus não existe em si e por si, ou seja, como sujeito, mas como predicado humano, como um objeto. O homem se objetiva nesse objeto que é ele mesmo. No entanto, como o homem não tem consciência de que a religião (Deus) é produto seu e nem se reconhece nele, essa relação entre sujeito e objeto toma o caráter de alienação. “Deus é a essência mesma do homem, idealizada, posta para fora.” (VÁZQUEZ, 1977, p. 92). Deus, para Feuerbach, é a consciência invertida que o homem tem de si mesmo. Deus é o ser ideal que carrega consigo a contrariedade das condições finitas e limitadas insuperáveis do homem. Mas, essa aglutinação de perfeições adquiridas pelo objeto religioso carrega consigo consequências negativas. Deus não só se apresenta como objeto estranho ao homem – uma vez que, o homem não tem consciência de que está diante de um produto seu – como também empobrece o próprio homem na medida em que este profere perfeições àquele, enriquecendo cada vez mais o seu objeto. Desse modo, segundo Vázquez (1977), são preenchidas as três características de toda a alienação, cujas características são válidas não somente para a alienação religiosa de que fala Feuerbach, mas para a alienação econômica analisada nos escritos de Marx: o sujeito é ativo e por isso cria o objeto; o objeto é produto do sujeito, entretanto, o sujeito não se reconhece no objeto e; o objeto adquire um poder, uma autonomia que por si não tem e que acaba se voltando contra o sujeito, dominando-o, convertendo-o em seu predicado.

Com isso, para que o homem se humanize e supere o seu estágio infantil é preciso que este compreenda a própria natureza (oculta). O homem é determinado por sua essência que está fora dele como essência alienada. Assim, a alienação religiosa é produzida na consciência e, somente nela há de ser eliminada. Isso ocorrerá quando o sujeito – o homem real – for consciente de sua verdadeira natureza, de sua condição de sujeito e, reconhecer em si mesmo os atributos que em outra ocasião projetou em seu objeto.

## **2 A crítica de Karl Marx**

Marx não se ocupou profundamente com a questão da religião. Podemos apontar, no entanto, duas fases do seu pensamento que correspondem à temática religiosa, a saber, a religião como alienação e como ideologia.

### **2.1 A religião como alienação**

Na primeira fase de sua crítica à religião, Marx direciona a sua reflexão tendo por base o pensamento de Feuerbach, Em *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx diz: “Para a Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, acabada (...)” (MARX, 2005, p. 145). Ao fazer tal afirmação, Marx se remete a análise feuerbachiana da religião na seguinte acepção: a religião é uma projeção do homem. O filósofo continua na mesma linha de reflexão de Feuerbach, direcionando o seu estudo para o entendimento da religião como a aspiração humana posta para fora do homem. O homem é o grande criador dessa realidade, embora ainda desconheça tal fato; “foi o homem quem fez a religião, não foi a religião que fez o homem “(...) a religião é a consciência de si e o sentimento de si que possui o homem que ainda não se encontrou, ou que se tornou a perder” (MARX, 2005, p. 147). No entanto, Marx aperfeiçoa o conceito de alienação que, para ele, a religião subjuga o homem. É, assim, descoberta a causa da “projeção humana”: a relação do homem com o mundo. Nesse âmbito, Marx conclui que “o homem não é um ser abstrato fora do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, produz a religião, uma consciência invertida do mundo, porque são um mundo invertido.” (MARX, 2005, p. 148). A religião é, portanto, originariamente produto de um mundo dividido:

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo. (MARX, 2005, p. 148).

O homem alienado é que cria esta realidade ilusória. A religião torna-se necessária para o homem alienado suportar a dor da divisão do mundo, as mazelas reais que contrastam

com as realidades ideais produzidas por aquele. “A situação em que o homem vive é ‘uma situação que necessita de ilusões’, daí a busca da religião” (LESBAUPIN, 2003, p. 15). Assim sendo, “a crítica do céu se transforma em crítica da terra”, porque é aí que se encontra a origem de toda a alienação. (MARX, 2005, p. 149).

O entendimento marxiano sobre a alienação faz-se de extrema importância para percebermos a religião como o protesto contra este mundo que comporta em si paradoxais expressões, sejam elas econômicas, sociais, políticas, ecológicas, etc.

### **3 A religião como ideologia**

Conforme o comentado anteriormente, discorreu-se que Marx apresentou duas fases no que concerne a sua reflexão sobre a religião. Apontamos como destaque na primeira fase de seus ensaios, o conceito de alienação que, para o filósofo, é o cerne de toda religião; de onde a religião fundamenta todo o seu poder. Trabalharemos, agora, a segunda fase do pensamento marxiano, em que a religião é tratada como ideologia.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels colocam as ideias como sendo despossuídas de autonomia própria; como produto da atividade material humana. Todas as ideias, sejam elas filosóficas, científicas, religiosas, etc., são explicadas tomando por base a produção material dos homens. São produções representativas, norteadas pelas práticas materiais ativas desenvolvidas pelos indivíduos. Sobre isso, Marx e Engels (2002, p.18-19) afirmam:

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ‘ao comércio material dos homens’; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é, apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico. (MARX E ENGELS, 2002, p.18-19)

A religião é, desta maneira, o reflexo ilusório das relações de dominação de classes, de exploração: “as idéias religiosas exprimem, justificam e escondem a realidade da dominação. A religião é ideologia, falsa consciência.” (LESBAUPIN, 2003, p. 16).

Em *O Capital* (1996) podemos perceber, também, que a religião é entendida como desprovida de substância própria, não possuindo especificidade, sendo considerada puro produto de determinadas condições sociais. A ideologia religiosa trata-se de uma forma de adequar a consciência, as atitudes e as condutas às tarefas e condições próprias da existência. Para Trindade (2005), a ideologia religiosa que exalta o sofrimento e a morte, por exemplo, “fornece aos explorados um tipo de representações que lhes permita suportar melhor as suas condições de existência.” (TRINDADE, 2005, p. 57).

Ao tecer tal pensamento, Marx e Engels assinalam a extinção da ideologia religiosa como sendo obra de uma consequência prática: a religião não desaparecerá como fruto de uma luta anti-religiosa, mas, como efeito da transformação social. Nota-se que, diferentemente de apenas uma mudança de concepção, faz-se necessário, também, uma mudança de postura ativa frente à realidade:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1996, p. 205)

Portanto, segundo Marx, a religião não terá mais razão de existir quando a vida social aparecer como fruto de homens livres, que agem consciente do controle que possuem perante o movimento social.

#### **4 A religião como aparelho ideológico**

A ideologia, na acepção marxista, está presente em todas as atividades desenvolvidas pelo homem. Mostra-se presente na maneira com que os indivíduos enfrentam as obrigações da produção, na ideia que é gerada pelos trabalhadores do mecanismo de produção. Conduz os comportamentos familiares dos indivíduos e as suas relações com a sociedade e com a natureza, estando presente nos seus juízos acerca do “sentido da vida”.

Segundo Trindade (2005) a ideologia está tão presente nos atos e gestos dos indivíduos “que chega a ser indiscernível da sua ‘experiência vivida’, pelo que toda a análise imediata do ‘vivido’ está profundamente marcada pela ação da ideologia”. (TRINDADE, 2005, p. 64). Igualmente, quando pensamos estar ante percepções obscuras da realidade ou uma prática impura estamos frente à uma percepção ou uma prática “impura” marcadas pelas estruturas

invisíveis da ideologia, pois não apreendemos a sua ação. Temos o hábito de adotar a percepção das coisas e do mundo como sendo os das “coisas-em-si”, sem nos apercebermos que estamos diante da ação da ideologia. Mas, afinal, o que de fato é entendido por ideologia? Como a ideologia está relacionada à realidade, a prática e a religião?

O conceito ideologia, embora muito tenha sido proferido nos trabalhos de Marx, não tem a sua origem naqueles. Marx apenas o retomou. O conceito foi inventado por um filósofo francês chamado Destutt de Tracy. Segundo Michael Löwy (1995) este conceito foi publicado em 1801, num livro chamado *Eléments d'Idéologie*. Löwy afirma que é um vasto tratado que, atualmente, ninguém tem paciência de ler, “para se ter uma idéia do pouco interesse que representa esse livro, basta dizer que, para ele (Destutt de Tracy), ideologia é um subcapítulo da zoologia” (LÖWY, 1995, p. 78). Para Destutt, ideologia é o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado das interações entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. É considerado um subcapítulo da zoologia por se tratar do estudo do comportamento, relacionamento dos organismos vivos com o meio ambiente, “onde trata da questão dos sentidos, percepção sensorial, através da qual se chegaria às idéias.” (LÖWY, 1995, p. 78).

Anos mais tarde, Destutt de Tracy e seu grupo de discípulos entraram em conflito com Napoleão que, em discurso proferia ataques contra Destutt de Tracy e seus seguidores, os chamaram de ideólogos. Entretanto, para Napoleão, a palavra tomou uma acepção diferente: os ideólogos seriam metafísicos que fazem abstrações da realidade, que vivem num mundo especulativo. Como Napoleão detinha maior poder representativo, a palavra ideológico, juntamente com a sua nova acepção, entrou para o linguajar corrente da época. Dessa forma, o conceito de ideologia utilizada por Marx, em *A Ideologia Alemã*, aparece como equivalente a ilusão, falsa concepção, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Posteriormente Marx amplia o conceito e se refere às formas ideológicas através das quais os homens tomam consciência da vida real. Ele enumera como sendo a filosofia, a moral, a religião, o direito, etc., por isso:

Para Marx, claramente, a ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade. (LÖWY, 1995, p.12)

No entanto, o conceito de ideologia vai mudando e ganhando formas diferentes de acordo com as concepções e finalidades de cada pensador. Em Mannheim, por exemplo, a ideologia apresenta uma pequena diferença daquela expressão utilizada por Marx. Para Karl Mannheim, segundo Löwy, ideologia “é o conjunto das concepções, ideias, representações,



teorias que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida.” (LÖWY, 1995, p.13). São todas as doutrinas que servem à manutenção da ordem estabelecida; que possuem um caráter conservador, no sentido amplo da palavra. Não se pode, entretanto, confundir esta concepção de ideologia com a de utopia<sup>5</sup>, apresentada por Mannheim.

Como o conceito de ideologia muda de acordo com o autor que a utilize, observamos ainda que, no decorrer do progresso histórico, o método conhecido como dialético manifesta-se como um grande contribuidor no que concerne ao entendimento das produções sociais, sejam elas teóricas ou práticas.

O método dialético consiste, fundamentalmente, em tratar as coisas – sejam elas teóricas ou práticas – como em constante transformação, ou seja, não existe nada de eterno, nada é fixo, nada é absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, nada que seja estabelecido como definitivo. Por isso, na história humana<sup>6</sup>, os fenômenos que o homem é diretamente responsável pela ação, - fenômenos econômicos e sociais -, podem ser alterados por essa própria ação vinda dos indivíduos. Assim, esse princípio também se aplica as ideologias. Todas elas são produtos sociais e precisam ser analisadas em sua historicidade, no seu desenvolvimento histórico na sua transformação histórica, uma vez que, “não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade, tem que ser vista na sua limitação histórica” (LÖWY, 1995, p.15). Nisto comporta a essência do método dialético.

Outra característica importante do referido método, seria a da totalidade. Esta categoria entende a realidade como um todo orgânico, e não como um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível. Mas, como a percepção da realidade social estruturada, na qual não se pode entender um elemento, um aspecto, sem atentar para a sua relação com o conjunto. No caso das ideologias, não é possível entendê-las, sem analisar como ela se relaciona com o conjunto da vida social, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, etc. Sobre isso, destaca Löwy:

---

<sup>5</sup> Ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Utopia são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente, possuindo uma visão crítica ou de negação da ordem social existente. Este fenômeno, a saber, é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados a posições sociais de grupos ou de classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico. (LÖWY, 1995).

<sup>6</sup> Entende-se por história humana a dialética das relações humanas; a história que trata das leis que regem as criações humanas, ou seja, a história social, o desenvolvimento das civilizações, o produto social das relações dos homens. Difere da dialética natural, entendida como aquela que pertence à natureza, que não correspondem à criação do homem.

É impossível entender o desenvolvimento de uma ideologia, de uma teoria, de uma forma de pensamento, seja religiosa, científica, filosófica ou outra, desvinculadamente do processo mesmo do desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política. Não existe uma história pura da ideologia, da filosofia, da religião, ou da ciência social, estas histórias tem que ser vistas como elementos de uma totalidade e é só em sua relação com a totalidade social, com o conjunto da vida econômica, social e política que se pode entender o significado das informações e das mudanças que vão se dando, por exemplo, no terreno das ideologias. (LÖWY, 1995, p.16)

Outro elemento importante do método dialético e que é vital para a compreensão de ideologia, é a categoria da contradição. Uma análise dialética é sempre regida pela análise das contradições. Geralmente se fala em ideologias como sendo algo consensual como, por exemplo, *a* ideologia dominante, *a* ideologia da sociedade. Numa análise dialética das ideologias mostra que elas são, em essencial, contraditórias; que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias, correspondendo, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos que a compõe. Não existe uma ideologia dominante. Existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias.

Contudo, foi em Marx que a maneira de entender a relação entre as ideias e a ação ou prática social veio tomar uma nova conotação. Na obra, *Teses sobre Feuerbach*, escrita em 1845, podemos encontrar um resumo do que viria a ser chamada futuramente de materialismo histórico, dialética materialista, filosofia da práxis, etc. Na tese número três, Marx elucida:

A teoria materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias fazem os homens mudarem e que o educador, por sua vez, precisa ser educado. Tem, pois, que distinguir na sociedade duas partes, uma das quais se encontra colocada acima dela. A coincidência da transformação das circunstâncias com a da atividade humana, ou mudança dos próprios homens só pode ser concebida e entendida racionalmente como *prática revolucionária*. (MARX, 1888, p. 65)

Em *A Ideologia Alemã* é desenvolvida a dimensão política encontrada na tese de número três. Primeiramente, Marx observa que o caráter da sociedade depende da maneira como ela é constituída. “Uma sociedade democrática não pode ser estabelecida autocraticamente. Não é por decreto de um imperador que se pode estabelecer a democracia.” (LÖWY, 1995, p. 24). Uma sociedade livre só pode ser resultado de um ato de liberdade. Uma sociedade desalienada só é possível se por ela mesma gerar um processo de desalienação:

Para a produção massiva da consciência comunista, assim como para a realização da coisa em si, isto é, do comunismo, é preciso uma transformação massiva dos homens, mas essa transformação não pode

efetuar-se senão por um movimento prático, por uma revolução. Portanto, a revolução é necessária não somente porque não existe outra maneira de derrubar a classe dominante, mas também porque a classe subversiva, a classe revolucionária, só graças a uma revolução é que poderá libertar-se da velha merda (expressão utilizada por Marx), e tornar-se capaz de, desse modo, efetuar a fundação de uma nova sociedade. Na atividade revolucionária, a transformação de si mesmo coincide com a transformação da condição (MARX, 2002, p. 76).

Desse modo, Marx apresenta uma nova concepção na qual a transformação das ideias, das ideologias, da consciência social, coincide com a transformação da própria sociedade. Dá-se uma atuação direta na modificação da realidade e das convenções que outorgam as maneiras de convívio e atuação dos indivíduos.

Na obra *Aparelhos ideológicos de Estado*, Louis Althusser (1983) expõe duas formas de aparelhos apresentados pelo Estado: o aparelho repressivo e o aparelho ideológico.

O repressivo funciona através do emprego da força (violência), enquanto no ideológico são utilizados os demais como, por exemplo: família, escola, igreja, judiciário, partidos políticos, entre outros. O autor faz uma distinção entre o poder do Estado e o aparelho do Estado, sendo o último o corpo das instituições que constituem o aparelho repressivo do Estado e o corpo de instituições que representam os aparelhos ideológicos do Estado. O papel do aparelho repressivo do Estado consiste em garantir pela força (física ou não) as condições políticas das reproduções das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. O aparelho de Estado contribui para sua própria reprodução e também assegurada pela repressão às condições políticas do exercício dos aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1983, p.92).

Para Althusser:

a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Por isso, comumente se diz que a ideologia religiosa, moral, política, etc. são “concepções de mundo”. Assim, ideologia seria ilusão, alusão. Para o autor, a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos: só há ideologias pelos sujeitos e para os sujeitos, ela existe para sujeitos concretos (ALTHUSSER, 1983, p.92).

Portanto:

[...] a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo a sua crença (ALTHUSSER, 1983, p.92).

Enquanto instituição material, a religião encaixa-se – como foi grifado por Althusser – na concepção de aparelho ideológico. A ideologia religiosa, assim como qualquer outra,

comporta em si, a mesma lógica: existe para sujeitos concretos e somente é possível sua existência e destinação pelo sujeito. No entanto, a categoria de sujeito, segundo Althusser, *não é* constitutiva de toda a ideologia. Isso se deve ao fato de a ideologia ter por *função* “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. Em outras palavras, o sujeito é uma criação ideológica, mas a ideologia só existe e se manifesta em sua criatura. O autor explica esse fenômeno através do que ele chama de interpelação:

[...]a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através dessa operação muito precisa que chamamos de interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” [...]o indivíduo interpelado se volta. [...] ele se torna sujeito. [...] o apelo verbal, o assobio, o interpelado sempre se reconhece na interpelação (ALTHUSSER, 1983, p. 96-97).

Esta característica é comumente verificada nas religiões através dos livros sagrados, cuja “revelação” é feita pela divindade a um determinado sujeito. Na ideologia religiosa cristã, por exemplo, dirige-se a alguém, indivíduo humano especificado. No entanto, “o indivíduo é chamado por seu nome no sentido passivo, não é nunca ele que se dá um nome” (ALTHUSSER, 1983, p.99-100), para dizer que Deus existe e que aquele (o indivíduo) deve lhe prestar contas. Na religião cristã:

[...] é Deus quem se dirige a ti pela minha voz (tendo a Escritura escolhido a Palavra Deus, a Tradição a transmitido, a Infallibilidade Pontifícia a fixado para sempre quanto às questões “delicadas”). Ela diz: Eis quem tu és: Tu és Pedro! Eis a tua origem, tu foste criado pelo Deus de toda eternidade, embora tenha nascido em 1920 depois de cristo! Eis o teu lugar no mundo! Eis o que tu deves fazer! Se o fizeres, observando o “mandamento do amor”, tu serás salvo, tu Pedro, e farás parte do Glorioso Corpo de Cristo! etc. (ALTHUSSER, 1983, p. 99-100).

É possível observar “que a ideologia religiosa se dirige aos indivíduos para “transformá-los em sujeitos”, interpelando o indivíduo para fazer dele um “sujeito, livre para obedecer ou desobedecer a este apelo” (ALTHUSSER, 1983, p. 101), ou seja, às ordens de Deus. Nota-se que, a multidão de sujeitos religiosos (neste caso, religiosos cristãos) só existem sob condição de um *outro sujeito* único, a saber, Deus. Este sujeito único, absoluto e central é a base utilizada para a ideologia interpelar todos os indivíduos como sujeitos. Na “Escritura” “o Senhor-Deus (Jeová) falou a Moisés das nuvens. E o Senhor chamou Moisés: ‘Moisés!’ ‘Sou eu!’, disse Moisés, eu sou Moisés teu servo, fale e eu escutarei!”. E o Senhor disse a Moisés: “Eu sou Aquele que É”. Moisés, ao ser interpelado por seu nome, tendo se reconhecido no chamado, se reconhece como sujeito, sujeito de Deus, “sujeito pelo Sujeito e

submetido pelo Sujeito.” (ALTHUSSER, 1983, p. 101), obedecendo e fazendo com que o povo também obedeça às ordens de Deus.

No entanto, nota-se que Deus (o Sujeito)<sup>7</sup> precisa dos homens. Mas, os homens também precisam de Deus. Para satisfazer tal necessidade ocorre, segundo Althusser, a inversão da imagem: Deus se duplica a si mesmo, enviando seu filho a terra como um simples sujeito “abandonado” a si mesmo. Assim, surge o “Deus-homem”; o “Sujeito-sujeito”. Sobre isso, Althusser afirma que:

[...] a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento. O que significa que toda ideologia possui um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar a sua própria imagem (presente e futura), a garantia que certamente trata-se deles e Dele, e de que se passando tudo em Família [...] “Deus aí reconhecerá os seus”, ou seja, aqueles que tiverem reconhecido Deus e se tiverem reconhecido nele serão salvos. (ALTHUSSER, 1983, p. 102)

Em linhas gerais, ocorre a interpelação dos “indivíduos” como sujeitos e a submissão destes ao Sujeito; é concretizado o reconhecimento entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos e, finalmente, o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo, com a promessa de futuro próspero – com exceção dos maus sujeitos. Envolvidos nessa logicidade de interpelação, submissão ao Sujeito, reconhecimento e garantia de um bem futuro, os sujeitos “caminham por si mesmos”, entregues a ideologia, cujas formas concretas se realizam pelos Aparelhos ideológicos do Estado.

Os sujeitos, contudo, adquirem uma dupla conotação: como subjetividade livre, autor responsável por seus atos e; como um ser subjugado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão. Assim, nesta última conotação percebemos a ambiguidade do termo: o sujeito é interpelado como “sujeito livre” para livremente submeter-se às ordens do Sujeito; aceitar a sua submissão, realizando por si mesmo os gestos e atos de sua submissão. “Os sujeitos se constituem por sua sujeição. Por isso é que ‘caminham por si mesmos’.” (ALTHUSSER, 1983, p. 104)

O caráter material da palavra expressa o efeito a ser obtido, provando que as coisas que não se enquadram nessa intervenção ideológica (“Assim seja!”), não é natural. É necessária a palavra

---

<sup>7</sup> Althusser utiliza o termo em maiúscula para diferenciá-lo dos demais sujeitos, sem maiúscula. O Sujeito seria Deus, enquanto que, o (s) sujeito (s) seria (m) o(s) homem (ns).

para que haja reprodução das relações de produção diária na “consciência”, ou seja, no comportamento dos indivíduos-sujeitos, ocupantes dos postos que a divisão social técnica do trabalho lhes designa na produção, na exploração, na ideologização, na segregação, etc. A ideologia religiosa, deste modo, encobre uma realidade que, na verdade, é desconhecida pelas formas mesmas do reconhecimento (ideologia); realidade que em última instância comporta a origem de todas as demais ideologias: as relações de produção e as demais relações que delas derivam.

Em tal medida, “a ideologia é uma superestrutura. Um reflexo das forças estruturais da sociedade. Ela reflete as ideias necessárias à economia. Mas da mesma forma como ela reflete, também, produz ideias que ajudam a prática social.” (CHIAVENATO, 2002, p.17).

Observamos que, ao analisar os entendimentos de práxis, alienação e ideologia, podemos averiguar que as ações humanas são condicionadas por ideias adquiridas como representações das condições materiais de existência. Através da experiência, o homem obtém referências que serão incorporadas à sua consciência e que servirão para as ações conscientes. No entanto, enquanto consciência podemos tracejar dois sentidos: consciência enquanto faculdade que direciona as ações humanas a uma determinada finalidade e; consciência na acepção de conhecimento, onde se sabe a finalidade última da ação por parte do sujeito. Enquanto consciência das coisas e de si, o ser humano projeta uma realidade ideal fundada em ideologias. Posteriormente, as suas manifestações ativas, ou seja, suas ações serão condicionadas por “esboços ideais” adquiridos da interação com o seu meio<sup>8</sup>.

O homem possui então consciência daquilo que pretende ou quer fazer, mas, não tem consciência que a sua ação está sendo condicionada para atender, em última instância, a manutenção do Aparelho Ideológico do Estado. Por isso, podemos constatar que a ideologia detém um caráter alienante porque, primeiro: o sujeito não possui a consciência de que tais ideias advêm de um Aparelho Ideológico do Estado e, que, portanto, foram determinadas com o intuito de condicionar as atitudes individuais e coletivas com a finalidade de manter a coesão do sistema de produção e; segundo: na ideologia religiosa, especificamente - ainda que inserida no Aparelho Ideológico do Estado - comporta em si, segundo Feuerbach, a projeção humana numa entidade “humana perfeita”. Então, o homem não percebe que a religião (Deus) é sua criação. E, além de ignorar o fato de ele (o homem) ser o criador e não objeto,

---

<sup>8</sup> Chamamos de “esboços ideais”, as ideologias que são gerenciadas pelo Aparelho Ideológico do Estado.

submetendo-se ao controle embutido no Aparelho Ideológico do Estado; o homem fica a mercê, desde o seu nascimento, as ideologias religiosas que estão semeadas no interior de sua sociedade.

Por conseguinte, a ação humana, a práxis humana pode ser fundamentada no ignorar do homem sobre as ideias que permeiam a sua consciência e conseqüentemente a sua percepção e construção da realidade. A ação humana é singular. Nenhum outro animal possui a característica da consciência; não possuem a faculdade do intelecto. O homem é capaz de criar mentalmente o que deseja para depois concretizá-la no mundo real. Entretanto, a religião foi apontada como um obscurecimento do conhecimento que o ser humano possui de si mesmo. O homem se perdeu em suas próprias produções. Estabeleceu-se a ignorância do sujeito perante o seu objeto. O homem considerou-se a imagem e semelhança de Deus. Instalou-se, assim, a alienação.

Destarte, esta concepção serviu de pano de fundo para a instauração de ideias que moldaram a maneira de pensar e o comportamento do sujeito diante de sua realidade. Tais ideias pareceram ganhar autonomia, guiando o sujeito por estreitas escolhas. Fizeram parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado, interpelando, se fazendo conhecer e serem seguidas, escondendo seus verdadeiros propósitos sobre o manto da ilusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CHIAVENTATO, Júlio José. *Religião: da origem à ideologia*. 2ª ed. Ribeirão Preto - SP.: FUNPEC Editora, 2002.

FEUERBACH, Ludwing. *A essência do cristianismo*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2007.  
\_\_\_\_\_. *Preleções sobre a essência das religiões*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e religião. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2003.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciências Sociais*. Elementos para uma análise marxista. 10 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

MANIERI, Dagmar. *A concepção de homem em Ludwing Feuerbach*. Disponível em: <[http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/6\\_2\\_Dagmar.htm](http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/6_2_Dagmar.htm)>. Acesso em 12 de Fev. de 2018.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em 13 de Fev. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/criticadafilosofiadodireito.htm>>. Acesso em 14 de Fev. de 2018.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus). São Paulo: Boitempo, 2005. Apêndice: Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução.

TRINDADE, Francisco. *O social e a estrutura ideológica no pensamento de Marx e Engels*. Disponível em: <http://franciscotrindade.blogspot.com/2005/11/o-social-e-estrutura-ideologica-no.html>. Acesso em 15 de Fev. de 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.